

CURRICULUM VITAE

Dados Pessoais

Nome: Nuno Ricardo Pereira Branco

Nome profissional: Ricardo Branco

Data de Nascimento: 21-09-1979

Cartão de Cidadão n.º: 11525164

Número de Contribuinte: 225276909

Estado Civil: Divorciado

Telemóvel: 917137801

E-mail: ricardo.branco@mail.telepac.pt;
ricardo.branco@abreuadvogados.com;
ricardobranco@fd.ulisboa.pt

Contactos Profissionais:

- Faculdade De Direito da Universidade de Lisboa: Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa.

Telefone: 217984600

- Abreu Advogados: Av. Infante D. Henrique, 26, 1149-096 Lisboa

Telefone: 217231800

Percurso e Carreira Académicos

Desde de dezembro 2017 Professor auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em cuja qualidade tem sido encarregue: (I) da regência (i) no Mestrado Científico, das Cadeiras de Justiça Constitucional e Direito Constitucional; (ii) no Mestrado em Direito e Prática Jurídica, das cadeiras de Direito dos Recursos Naturais e das Energias Renováveis, Direito da Água e dos Resíduos e Direito do Urbanismo; e (iii) na licenciatura, de aulas práticas nas cadeiras de Direito Constitucional, Contencioso Administrativo e Ciência Política;

(II) da orientação de dissertações de mestrado e da composição de júris, as mais das vezes com funções de arguente, de provas de mestrado nas suas áreas de docência;

Dezembro de 2017

Obtenção do grau de Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, menção de Ciências Jurídico-Políticas, mediante a defesa, perante júri constituído pelos Exm.ºs Senhores Professores Doutores José Artur Duarte Nogueira (presidente), João Loureiro - da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra -, Rui Medeiros - da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica, com Funções de arguente -, Paulo Otero - orientador -, Vasco Pereira da Silva, Dário Moura Vicente e Miguel Nogueira de Brito - com funções de arguente, designado de entre os professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa -; de tese apresentada para o efeito, intitulada “*Da substituição jurisdicional modificativa de normas da função legislativa como problema dogmático-constitucional no Direito Português*” e elaborada sob orientação do Professor Doutor Paulo Otero.

Março de 2008

Mestre em Direito (Ciências Jurídico-Políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a classificação de 18 valores, tendo para o efeito apresentado e discutido a tese com o título *O efeito aditivo da declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral*, elaborada sob a orientação do Professor Doutor Paulo Otero.

Desde março de 2008

Assistente do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo colaborado, até à data e mediante a regência de aulas

práticas, com os Professores Doutores Jorge Miranda (Direito Constitucional e Direito Internacional Público), Marcelo Rebelo de Sousa (Introdução ao Estudo do Direito), Paulo Otero (Direito Constitucional), Pedro Romano Martinez e José Alberto Vieira (Introdução ao Estudo do Direito) e Jorge Reis Novais (Direito Constitucional).

Março de 2006

Aprovado, em primeiro lugar, no Concurso para Recrutamento de Assistentes-Estagiários do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa, com serviço docente e retribuição correspondente desde 6 de Março de 2006, tendo, nessa categoria, colaborado, mediante a regência de aulas práticas, com os Professores Doutores Jorge Miranda (Direito Internacional Público), Pedro Romano Martinez (Introdução ao Estudo do Direito), Luís Menezes Leitão (Direito do Trabalho), Maria João Estorninho (Ciência Política e Direito Constitucional) e Dário Moura Vicente (Direito Comparado).

Out. 2002 / Mar. 2006

Monitor do Grupo de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, colaborando, mediante a regência de aulas práticas, com os Professores Doutores Pedro Romano Martinez, Luís Menezes Leitão e Maria do Rosário Palma Ramalho (Direito do Trabalho), e com o Professor Doutor Dário Moura Vicente (Direito Comparado e Direito de Autor e da Sociedade da Informação).

2002

Licenciatura em Direito, na menção de Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com média final de 17 valores.

2019 / 2021 Membro suplente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2017 / 2019 Membro suplente do Conselho de Escola da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Atividade Profissional

Desde 2015 Consultor da Área de Prática de Direito Público & Ambiente da Abreu Advogados, sociedade à qual tem prestado serviço permanente de jurisconsulto nas áreas de Direito Constitucional, do Direito Administrativo, do Contencioso Administrativo, do Direito dos Resíduos, do Direito da Água, do Direito da Energia e do Direito do Urbanismo.

2013 / 2014 Adjunto do Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional do XIX Governo Constitucional, Professor Doutor Miguel Poiares Maduro, com a responsabilidade, no âmbito do respetivo gabinete, do acompanhamento do processo legislativo governamental, da avaliação do impacto jurídico-constitucional de medidas legislativas, da coordenação da concepção de novos regimes de licenciamento com as diretrizes comunitárias e governamentais em matéria de Administração Eletrónica, do acompanhamento da redação do projeto de Código do Procedimento Administrativo de 2015 e da elaboração da orgânica da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, bem como da concepção e redação de regimes jurídicos no domínio da Comunicação Social.

Dez. 2006 / Out. 2009 Assessor, equiparado a adjunto, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do XVII Governo Constitucional, Professor Doutor José Mariano Gago,

onde foi responsável pelo acompanhamento do processo legislativo no respetivo gabinete, pela elaboração de estudos e trabalhos nas áreas da legislação do Ensino Superior, da Legística em geral, do Direito Constitucional e Administrativo Gerais, do Direito Administrativo do Ensino Superior e da Investigação Científica e Tecnológica, bem como pela análise e monitorização do impacto nos sectores da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior de iniciativas legislativas como o Código dos Contratos Públicos, a reforma do Código da Propriedade Industrial, o Novo Regime Contributivo para a Segurança Social, e a transposição da Diretiva-Serviços para o ordenamento português.

2006

Como profissional liberal, coordenação técnico-jurídica e legística da transposição de vários anexos à Convenção sobre Aeronáutica Civil e elaboração dos respetivos projectos de diplomas, nos termos de contrato de prestação de serviços com o Instituto Nacional da Aviação Civil (INAC)

2003 / 2006

Colaboração com a Presidência do Conselho de Ministros em estudos e trabalhos jurídicos relacionados com o processo legislativo, primeiramente no âmbito do Protocolo de Colaboração entre a Presidência do Conselho de Ministros e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, posteriormente nos termos de contrato de prestação de serviços sucessivamente renovado até Maio de 2005 e, até 30 de Dezembro de 2005, como Consultor do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros (CEJUR), sucessivamente e sem interrupção, nos Gabinetes dos Secretários de Estado da Presidência do Conselho de Ministros Dr. Domingos Jerónimo (XV e XVI Governos Constitucionais), Mestre

Sofia de Sequeira Galvão (XVI Governo Constitucional) e Dr. Jorge Lacão (XVII Governo Constitucional); tendo coordenado tecnicamente a monitorização da constitucionalidade e da qualidade legislativa de iniciativas legislativas relativas a todas as atribuições ministeriais, das quais se destacam - pela sua importância - a criação da Entidade Reguladora da Saúde, o Regime Jurídico das Comunicações Electrónicas de 2004, as alterações de 2004/2005 ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, o projecto de Código do Consumidor de 2004, a reforma do enquadramento legislativo do sector florestal, a regulamentação do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, a reforma do Código do Procedimento Administrativo projectada em 2004, as sucessivas transformações jurídicas do enquadramento institucional dos hospitais, a concessão dos sistemas multimunicipais de abastecimento, a legislação de 2005 sobre liberalização da venda de medicamentos, a elaboração e reformas da legislação sobre o “livro de reclamações”, a concepção e reforma do regime jurídico de afixação e publicitação dos preços dos combustíveis e as alterações de 2005 ao Código do Trabalho.

2002 / 2003

Advogado estagiário, no Departamento de Urbanismo, da Sociedade de Advogados A. M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice & Associados, tendo por Patrona a Mestre Sofia de Sequeira Galvão.

Atividade letiva não universitária, Seminários e Conferências

Participação em inúmeras conferências nacionais e internacionais, com intervenções das quais salienta:

Junho de 2019

A convite do Professor Doutor Paulo Pinto de Albuquerque, então Juiz português do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, a intervenção no Congresso da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, na Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica, subordinada ao tema “Direitos e Obrigações de carácter civil”.

Janeiro de 2019

A intervenção no XII Congresso de Professores de Direito Público, na Faculdade de Direito na Universidade do Minho, sobre a Reforma da Justiça Constitucional.

Desde 2016

A intervenções nas conferências organizadas pelo Instituto de Ciências Jurídico-políticas e pelo Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, sobre o regime das notificações no CPA de 2015, sobre a atividade inspetiva na área da segurança alimentar, sobre a coordenação administrativa enquanto instituto jurídico da organização administrativa, bem como, no I Congresso de Direito da Energia da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sobre os ativos das concessões das redes de baixa-tensão;

2015

Formador do Instituto Nacional de Administração (INA) na área do Direito Administrativo, tendo nomeadamente assegurado alguns dos cursos de formação sobre o Código do Procedimento Administrativo de 2015.

Desde 2009

A intervenções no Congresso Anual da Associação Portuguesa de Filosofia do Direito, Teoria do Direito e

Filosofia Social, sobre temas como as fontes do Direito, a autonomia do Direito, as bases filosóficas do constitucionalismo e os fundamentos constitucionais e filosóficos do poder jurisdicional;

2007 - 2011

A regência, em conjunto com o Professor Doutor Jorge Miranda, do seminário sobre Direito Constitucional Laboral, da pós-graduação em Direito do Trabalho do Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Novembro de 2011

A regência do módulo da pós-graduação em Direito Aéreo, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, subordinado ao tema “A Organização da Aeronáutica Civil Internacional”;

A participação em vários congressos e conferências nas áreas do Direito Constitucional Geral, da Justiça Constitucional, do Direito do Urbanismo e da Legística.

Organizações de que é membro

- Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Centro de Investigação em Direito Público do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Sociedade Portuguesa de Direito Internacional;
- International Law Association;
- Associação Portuguesa de Filosofia do Direito, Teoria do Direito e Filosofia Social;

Obra Publicada

- «Da inconstitucionalidade das normas do Decreto-Lei n.º 19-A/2020, de 30 de Abril: que limitam os direitos contratuais à reposição do equilíbrio financeiro de concessões fundadas na ocorrência da pandemia COVID-19», in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 9, 2020, pp. 59-73;
- «A política pública de resíduos em Portugal e a sua face jurídica», in E-Pública - *Revista Eletrónica de Direito Público*, Vol. VII, n.º 2, setembro de 2020, disponível em <https://www.e-publica.pt/volumes/v7n2a07.html>;
- «As relações do CPTA com a CEDH e a jurisprudência do TEDH», in Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves/Tiago Serrão (coord.), *Comentários à legislação processual administrativa*, 4.ª Ed., AAFDL: Lisboa, 2020, pp. 207-244;
- «Direitos e obrigações de carácter civil»: in Paulo Pinto de Albuquerque (org.) *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais*, Volume I, Universidade Católica Editora: Lisboa, 2019, pp. 877-895;
- «Anotação ao Regime Jurídico das notificações administrativas», in *Revista de Direito Administrativo*, n.3 (Set.-Dez. 2018); n.4 (Jan.-Abr. 2019), pp. 95-105; pp. 81-89;
- «A revisão do CCP e os princípios jurídicos gerais em matéria de formação dos contratos públicos», in Carla Amado Gomes et alt., *Comentários à revisão do Código dos Contratos Públicos*, 2.ª Ed., AAFDL: Lisboa, 2018, pp. 275-306;
- «As novidades em matéria de notificações no Código do Procedimento Administrativo», in Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves/Tiago Serrão, *Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo*, 4.ª Ed., AAFDL : Lisboa, 2018, Vol. II, pp. 71-110 (texto já publicado nas 2.ª e 3.ª Ed. da mesma obra);

- «A atividade inspetiva na área alimentar», in Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves (coord.), *Estudos sobre a atividade inspetiva*, AAFDL: Lisboa, 2018, pp. 165-176;
- «A coordenação administrativa», in Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves/Tiago Serrão (coord.), *Organização Administrativa: novos atores, novos modelos*, AAFDL: Lisboa, 2018, Vol. II, pp. 527-543;
- «A vinculação do juiz à constituição nos interstícios da sujeição judicial à legislação ordinária válida, segundo o pensamento de Rudolf Wassermann: uma lição adequada ao caso português», in *Julgar*, Ano 29, maio/agosto de 2016, pp. 153-165.
- «Critérios de adoção de providências cautelares em processo administrativo: Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo (uniformização de Jurisprudência) n.º 1/2016, 16 de Dezembro de 2015», in *AB Instantia. Revista do Instituto do Conhecimento AB*, Ano 4, n. 6, 2016, pp. 273-292;
- *Enciclopédia da Constituição Portuguesa* (co-autor responsável pelos verbetes “associação”, “competência”, “demissão”, “domínio público”, “invalidade”, “limites materiais da revisão constitucional”, e “nomeação”, Quid Juris: Lisboa, 2013;
- “O problema da inconstitucionalidade orgânica do cometimento, por Decreto-Lei, de atribuições de prevenção e repressão de infracções à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)”, in Marcelo Rebelo de Sousa et al. (org.), *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, Vol. III, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 553-578;
- “Ou sofrem todos, ou há moralidade”: Breves notas sobre a fundamentação do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 353/2012, de 5 de Julho”, in Jorge Miranda et al. (org.) *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, Vol. I, Almedina: Coimbra, 2012, pp. 329-365;

- *Enciclopédia de Direito Internacional* (co-autor responsável pelos verbetes “normas de aplicação automática”, “nulidade de tratados internacionais” e “protesto”), Almedina: Coimbra, 2011;
- “Algumas notas de direito comparado em torno da consagração constitucional da tutela de direitos com recurso aos tribunais: um exercício a pretexto da necessidade de interpretar o artigo 20.º da Constituição Portuguesa”, in José Lebre de Freitas et al. (org.), *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, Vol. III, Almedina: Coimbra, 2011, pp. 37-72;
- “As sentenças substitutivas de atos administrativos no contencioso administrativo português”, in Jorge Miranda (org): *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, 2010, Vol. II, pp. 1025-1116;
- *O efeito aditivo da declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral*, Coimbra Editora: Coimbra, 2009;
- “Ainda a Submissão do Juiz à Lei. Breve apontamento sobre os paradigmas clássicos da resolução do problema sobre o modo como se coloca no Direito Português”, in Jorge Miranda/Luís de Lima Pinheiro/Dário Moura Vicente (org), *Estudos em memória do Professor Doutor António Marques dos Santos*, vol. II, Almedina: Coimbra, 2005, pp. 271-292;
- “Direitos Humanos”, in *Dicionário Temático da Lusofonia*, Texto Editores, Verbo: Lisboa, 2005, pp. 225-227.

Línguas estrangeiras

- Inglês e Francês lidos, escritos e falados;
- Espanhol e Italiano lidos;
- Alemão lido ao nível de iniciação, segundo certificado de obtenção do mesmo nível pelo Goethe Institut de Lisboa.